

Minuta da ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 24 dias do mês de março de 2017, às 09h00min, no Auditório do Departamento de Obras e Rodagens - DER localizado na Av. Duarte da Silveira, S/N, Torre, João Pessoa – PB, realizou-se a **39ª Reunião Ordinária do CERH**. Na ausência do Presidente do CERH, Sr. João Azevedo Lins Filho, a reunião foi conduzida pelo Sr. João Fernandes da Silva, Secretário Executivo deste Conselho, que agradeceu a presença de todos. A Reunião contou com a presença dos seguintes Conselheiros: Demilson Lemos de Araújo (Suplente **SEDAP**), João Carlos de Miranda e Silva (Suplente **SUDEMA**), Emanuel Lira (Suplente **SES**), Andrea Lira Cartaxo (Suplente **AESA**), José Marinho de Lima (Titular **EMATER**), Maria de Lourdes B. de Sousa (Titular **DNOCS**), Ronilson José da Paz (Titular **IBAMA**), Leonardo Leite Brasil Montenegro (Titular **CAGEPA**), Laudízio da Silva Diniz (Suplente **CAGEPA**), Janiro Costa Rego (Titular **UFCG**), José Etham de Lucena Barbosa (Titular **UEPB**), Jaqueline Pequeno da Silva (Suplente **ABES**), Mirella Leôncio Motta e Costa (Titular **CBH-LN**), Silene Lima Dourado Ximenes Santos (Suplente **CBH-LS**). Os Conselheiros Alain Marie Passerat de Silans (Titular **ABRH**), José Reynolds Cardoso Melo (Titular **ABES**), Ulysmar Curvelo (Titular **CBH-PB**), Maria Edelcides de Vasconcelos (Suplente **ABRH**), Hermano Oliveira Rolim (Titular **CBH-PPA**), Maria de Lourdes Santana do S. e Araújo (Suplente **CBH-PPA**) justificaram as ausências na Reunião. Também estiveram presentes os senhores Maria Célia da Nóbrega (AES A), Ailton Mendes de Souza (AES A), Diego Magno T. da Silva (AES A), Joacy Mendes da Nóbrega (AES A), Lovania Maria Werlang (AES A). Após a verificação de quórum às 09h30min, o Sr. João Fernandes iniciou a reunião convidando o Sr. Demilson Lemos de Araújo (Suplente **SEDAP**) para secretariar a reunião, em seguida deu as boas vindas aos presentes, justificou a ausência do Presidente do CERH, Sr. João Azevedo e continuando, fez a leitura da **Pauta** da reunião: **1) Leitura e aprovação da Ata da 38ª Reunião Ordinária; 2) Apresentação do Plano de Acompanhamento e Manutenção da Recepção das Águas da Transposição do Rio São Francisco no Eixo Leste do Estado da Paraíba – João Fernandes; 3) Apresentação do Relatório do PROGESTÃO para Certificação do Ano 5; Informes finais e encerramento.** Dando seguimento à reunião o Sr. João Fernandes solicitou que o Secretário da Mesa Sr. Demilson Lemos de Araújo lesse a Ata da 38ª Reunião Ordinária quando o conselheiro Ronilson José da Paz, titular do IBAMA falou que era dispensável a leitura já que a minuta da Ata havia sido enviada a todos os Conselheiros, juntamente com o Convite para a reunião, passando-se, então, para a discussão dos fatos relatados na Ata e votação de sua aprovação. Não houve contestação e a Ata da 38ª Reunião Ordinária foi aprovada com abstenção do conselheiro Janiro Costa Rego, que alegou não ter analisado a Ata. O conselheiro Ronilson José da Paz, titular do IBAMA solicitou a inversão da Pauta, que foi aprovada pelos demais conselheiros. Dando continuidade à reunião, o Sr. João Fernandes convidou a Senhora Lovania Werlang para fazer a apresentação do Relatório do PROGESTÃO 2016 - 5º Período de Certificação do Estado da Paraíba, com vistas à aprovação pelo CERH. Lovania agradeceu a presença de todos e explicou que apresentaria as Metas de Fortalecimento da Gestão Estadual que são certificadas pelo CERH e que as Metas Federativas que são certificadas pela ANA podem ser encontradas em todos os Relatórios do Progestão, no site da AESA: www.aesa.pb.gov.br. A seguir iniciou a apresentação das Metas de Fortalecimento da

Gestão Estadual, divididas em: 1- Variáveis Legais, Institucionais e de Articulação Social; 2- Variáveis de Planejamento; 3- Variáveis de Informação e Suporte e 4- Variáveis Operacionais. As variáveis foram apresentadas uma a uma, como segue: 1 - Variáveis Legais, Institucionais e de Articulação Social: Em 2016 não teve nenhum desafio, pois as metas já foram cumpridas no primeiro ano de certificação. Meta 1.1- Organização Institucional do Modelo de Gestão: Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA, criada pela Lei nº 7.779 de 07 de julho de 2005, é uma entidade da Administração Pública Indireta, dotada de personalidade jurídica de direito público, sob a forma de autarquia, com autonomia administrativa e financeira, sede e foro na Capital, jurisdição em todo o território do Estado da Paraíba – status: Meta alcançada; Meta 1.2 - Organismo(s) Coordenador /Gestor: - Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA é o órgão gestor de Recursos Hídricos no Estado da Paraíba. - Superintendência de Administração do Meio Ambiente – SUDEMA é o órgão ambiental do Estado da Paraíba. - Companhia de Água e Esgoto – CAGEPA é responsável pela distribuição e tratamento de água no Estado – status: Meta alcançada; Meta 1.3 - Arcabouço Legal: No Estado existe um arcabouço institucional completo, devendo somente ser atualizado - status: Meta alcançada; Meta 1.4 - Conselho Estadual de Recursos Hídricos: O Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, na Paraíba, foi criado em setembro de 1996 (Lei N° 6.308) – status: Meta alcançada; Meta 1.5 - Comitês de Bacias e Organismos Colegiados: A Paraíba é dividida em 11 (onze) Bacias Hidrográficas, das quais 6 (seis) são bacias estaduais e, através dos Decretos 27.560, 27.561 e 27.562 de 04 de setembro de 2006 foram instituídos três Comitês, contemplando todas as bacias hidrográficas estaduais. Tem também o Comitê das Bacias Hidrográficas do Piancó-Piranhas-Açu – PPA (bacia federal), portanto no Estado da Paraíba não tem nenhuma bacia hidrográfica sem Comitê. As informações sobre os comitês estão disponíveis no Site <http://www.aesa.pb.gov.br/comites> – status: Meta alcançada; Meta 1.6 - Comunicação Social e Difusão: existem ações de comunicação que na sua maioria estão vinculadas as ações do Sistema Estadual de Recursos Hídricos - SERH (AES A e CBHs). Todas as ações são divulgadas através dos sites: <http://www.aesa.pb.gov.br/>, <http://www.aguasdaparaiba.com.br/> e <http://www.cbhpiancopiranhasacu.org.br/site/> – status: Meta alcançada; Meta 1.7 – Capacitação Setorial: Foi elaborado juntamente com a ANA um planejamento de capacitação inserido no Projeto Água disponibilizado através do site www.aguaegestao.org.br, Capacitação Técnica em 2015/2016 – DesenvolveRH, através da Fundação Don Cabral, para técnicos dos Órgãos Gestores – status: Meta alcançada. Continuando, Lovania passou a apresentar as Variáveis de Planejamento: Meta 2.1 – Balanço Hídrico: Atualização do Sistema de Informação – funcionalidades específicas para realizar de forma automática – status: Meta alcançada; Meta 2.2 - Divisão de Bacias Hidrográficas: a divisão hidrográfica em forma de mapas com as respectivas formalizações pelos órgãos estaduais Rios/Riachos – Base na escala 1:100.000 – status: Meta alcançada; Meta 2.3 - Planejamento Estratégico Institucional: o Planejamento Estratégico (com horizonte 2016 a 2019) é o instrumento de planejando de todas as instituições estaduais. Está em elaboração – status: Meta alcançada; Meta 2.4 - Plano Estadual de Recursos Hídricos: atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos - foi firmado Convênio com o Ministério do Meio Ambiente MMA/SRHU e registrado no SICONV, para atualização do PERH. O Sr. João Fernandes pediu a palavra para explicar que a licitação foi suspensa porque algumas empresas impugnaram o Edital da Licitação e questionaram alguns itens do Termo de Referência – TDR. Falou que o TDR foi elaborado pela AESA juntamente com a ANA e o MMA. Seguiu explicando que na próxima segunda-feira, dia 27, haverá uma reunião com

a presença do Professor Alain para tratar do assunto, serão analisadas as sugestões do MMA, da ANA e do próprio Alain para reformulação do TDR. A conselheira Maria de Lourdes B. de Sousa (Titular DNOCS) falou que em nenhum momento o CERH foi consultado, e como o TDR será reformulado seria muito interessante que os conselheiros recebessem uma cópia do TDR para análise e apresentação de sugestões. A conselheira Mirella Leôncio Motta e Costa (Titular do CBH-LN) reforçou a solicitação da conselheira Lourdes. O Projeto está em fase de ajustes para licitar – status: Meta alcançada; Meta 2.5 - Planos de Bacias: as bacias hidrográficas dos Rios Paraíba e Gramame têm Planos; a bacia do Rio Mamanguape está com o Termo de Referência pronto; precisamos elaborar os Planos das bacias do Camaratuba, Miriri e Abiaí. Portanto precisamos atualizar dois TDR e elaborar três TDR, o processo está com o setor Jurídico da AESA para ajuste da contratação de técnico para elaboração/atualização desses TDRs. – status: Meta alcançada; 2.6 - Estudos Especiais de Gestão – Existe uma série de estudos, outros em projetos em diversos sítios com links: <http://www.mma.gov.br/fundoclima>, <http://www.aesa.pb.gov.br> e <http://www.ufpb.br> – status: Meta alcançada. A seguir foram apresentadas as Variáveis de Informação e Suporte: Meta 3.1 - Base Cartográfica: O Estado possui uma base de dados satisfatória. A AESA tem um setor do Geoprocessamento responsável pela produção e disponibilização de dados geográficos georreferenciados. Esses dados subsidiam a própria AESA, como também, a sociedade de modo geral. O Link de acesso da base digital em formato vetorial (shapefile, DWG e KMZ) e raster (TIFF) para a gestão de recursos hídricos é: <http://www.aesa.pb.gov.br/geoprocessamento/geoportal/index.php>. Além dessa base digital, estão disponíveis vários mapas para download em formato PDF – status: Meta alcançada; Meta 3.2 - Cadastros de Usuários e Infraestrutura: Constam no Sistema de Informação interno da AESA, em torno de 5.335 cadastros de usuários de água bruta sincronizados com a ANA – status: Meta alcançada; Meta 3.3 – Monitoramento Hidrometeorológico: existe uma rede hidrometeorológica, tanto para fins de planejamento na gestão de recursos hídricos como para fins de alertas de eventos críticos. Na rede oficial da AESA existem 446 estações de monitoramento hidrometeorológico, sendo: Rede Convencional com 387 entre postos limimétricos e postos pluviométricos e Rede Automática com 59 entre estações hidrológicas, estações agrometeorológicas e estações pluviométricas – status: Meta alcançada; Meta 3.4 – Monitoramento da Qualidade da Água: Termo de Parceria ANA/AESA. Está sob coordenação da AESA – status: Meta alcançada/monitoramento contínuo; Meta 3.5 - Sistema de Informações – Contratação através de convênio com o Parque Tecnológico. Alguns módulos já foram desenvolvidos e estão em fase de teste, outros módulos estão em desenvolvimento – status: Meta alcançada e em fase de atualização. Prosseguindo foram apresentadas as Variáveis Operacionais: Meta 4.1 - Outorga de Direito de Uso: a AESA emite outorga de direito de usos múltiplos de recursos hídricos, bem como de lançamento de efluentes – status: Meta alcançada; Meta 4.2 – Fiscalização: a AESA conta com a Gerência de Fiscalização atuando e orientando a fiscalização em todo o Estado. As ações de fiscalização são realizadas com o apoio das gerências regionais, todas com atribuições de emissão de multas, conforme o Manual de Fiscalização da AESA – status: Meta alcançada; Meta 4.3 – Cobrança: A cobrança pelo uso de água bruta foi implementada em julho de 2015. Em 2015 foram arrecadados R\$ 408.643,84, em 2016 foram arrecadados R\$ 735.844,31 somadas todas as bacias (anexo I) – status: Meta alcançada; Meta 4.4 - Sustentabilidade Financeira do Sistema de Gestão: a AESA conta com fontes de recursos oficiais e de arrecadação própria (Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH) e o próprio PROGESTÃO – status: Meta alcançada; Meta 4.5 - Infraestrutura Hídrica: em 2010 foi instituída a

Política Nacional de Segurança de Barragem. Em 2016, para atender a lei 12.334/2010 foram feitas as adequações necessárias: - Estabelecer a periodicidade de atualização, a qualificação do responsável técnico, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Segurança de Barragem e da Revisão Periódica de Segurança de Barragem, conforme Art. 8º, 10 e 19 da Lei nº 12.334/10. Foi encaminhado para publicação em 25/11/2016 e publicado no Diário Oficial do Estado – DOE do dia 06/01/2017 – status: Meta alcançada; Meta 4.6 - Gestão e Controle de Eventos Críticos: a estrutura de monitoramento de eventos críticos, instalada no Centro de Gestão de Situações Críticas subsidia a tomada de decisões por parte dos órgãos gestores, seja ele na esfera federal, estadual ou municipal. Informações no link: http://www.aesa.pb.gov.br/meteoro/mapa_hidrografico_pb/index.html. Foi apresentada a Planilha de Transmissão de Dados para conhecimento dos conselheiros - status: Meta alcançada; Meta 4.7 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH: o Estado conta com o Fundo Estadual regulamentado pelo Decreto 31.215, de 30 de abril de 2010. Em 2016 foram disponibilizados R\$ 42.200,00 para o FERH, porém só foram liberados R\$ 14.381,04, o restante ficou retido – status: Meta alcançada. A seguir, Lovania apresentou a planilha Recursos do Progestão, para o período 2013 a 2016, demonstrando os valores recebidos, os rendimentos, as despesas e os saldos referentes a cada ano e os valores totais do período. Finalizada a apresentação do Relatório do PROGESTÃO ano 5, Lovania agradeceu a todos e se colocou a disposição para maiores esclarecimentos. O conselheiro Janiro Costa Rego (Titular UFCG) perguntou qual a origem do valor apresentado na Meta 4.7. O Sr. João Fernandes explicou que são recursos do CFEM. Falou que sempre se confundiu o custeio da AESA com os recursos do FERH, mas que já estão sendo feitos os ajustes junto à Secretaria de Finanças. Deve ficar claro que os recursos destinados ao FERH sejam depositados na conta específica do FERH. A conselheira Maria de Lourdes B. de Sousa (Titular DNOCS) perguntou por que temos um valor tão alto em caixa? E continuou questionando por que os recursos não estão sendo gastos, se já vem com uma finalidade. A conselheira Silene Lima Dourado Ximenes Santos (Suplente CBH-LS) perguntou se os TDR dos Planos de Bacias serão pagos pelos Comitês ou pelo Progestão. Lovania explicou que os recursos do Progestão são para o fortalecimento do Órgão Gestor, que os Planos de Bacias estão na apresentação porque é meta do Progestão. A conselheira Silene Lima Dourado Ximenes Santos (Suplente CBH-LS) perguntou se existe um planejamento para gastar esses recursos. O Sr. João Fernandes respondeu que uma parte desses recursos está sendo utilizada para pagar o Sistema de Informações e para o restante ainda será dada uma destinação correta. Continuou falando que a AESA conta atualmente, com 53 funcionários comissionados e a disposição, portanto, está com o quadro de pessoal defasado e, como não consegue fazer o concurso, está aguardando definição do Estado com referência à contratação de pessoal terceirizado, que poderia ser pago com os recursos do Progestão. O conselheiro Laudízio da Silva Diniz (Suplente CAGEPA) falou que a AESA sempre teve dificuldades com a outorga e com a fiscalização, sempre teve carência de pessoal e perguntou se não seria possível a contratação de pessoal terceirizado, agora com a Lei da Terceirização. O Sr. João Fernandes explicou que havia um estudo junto ao Banco Mundial, para a elaboração de um Plano de Segurança Hídrica, que englobava a reestruturação da AESA, porém o Governo Federal desautorizou a captação de recursos no exterior. Continuou dizendo que, atualmente, o grande desafio da AESA é gerir as águas da transposição, pois não tem pessoal suficiente para isso. A conselheira Silene Lima Dourado Ximenes Santos (Suplente CBH-LS) falou que visualiza um momento impar para o CERH, pois estamos discutindo as possíveis formas de melhor utilizar os

recursos do Progestão e o CERH poderia ajudar a organizar esse planejamento. O conselheiro Leonardo Leite Brasil Montenegro (Titular CAGEPA) falou que com relação à fiscalização a AESA deveria fazer parceria com a CAGEPA, a SUDEMA, a Polícia Ambiental, a EMATER, que tem funcionários acostumados a trabalhar no campo e podem ajudar a AESA. Continuou falando que o riacho Tibirizinho, em Santa Rita, por exemplo, tem vários barramentos para lazer e se houvesse uma parceria entre os órgãos, esse tipo de irregularidade poderia ser autuado por funcionários que fiscalizam esses locais para outros fins. O Sr. João Fernandes falou que a fiscalização é essencial, principalmente agora com as águas da transposição chegando ao Estado é necessária a participação de todos os órgãos como SEIRHMACT, SUDEMA, CAGEPA, Polícia Ambiental, que todos podem ajudar a AESA. Seguiu falando que a Paraíba é um Estado com constante escassez de água, então quando a população vê a água enchendo os mananciais quer usar para tudo, porém, neste primeiro momento só será permitida a utilização das águas da transposição para abastecimento humano e dessedentação animal. Seguiu falando que está estudando a contratação de mão de obra terceirizada, porém, como isso se enquadra como despesa de pessoal o Estado não aprova, pois tem que cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. O conselheiro Laudízio da Silva Diniz (Suplente CAGEPA) sugeriu que para ajudar a AESA fosse criada uma rede de fiscalização, contando, inclusive com a população, que poderia fiscalizar o mau uso das águas fazendo denúncias, enviando fotos para comprovar o fato e solicitou que fosse verificado se o novo Sistema de Informações comporta esse tipo de coisa. O Sr. Joacy Mendes da Nóbrega (AES A) falou que os Comitês também têm o papel de fiscalizar, juntamente com a AESA, os usos dos recursos hídricos das bacias hidrográficas. O Sr. João Fernandes falou que será necessário ter um fiscal permanente em Camalaú e que o novo Sistema de Informações terá condições de receber informações de terceiros. O conselheiro José Marinho de Lima (Titular EMATER) perguntou se as pendências do Progestão levantadas pela ANA haviam sido corrigidas. Lovania respondeu que as pendências foram sanadas e que os questionamentos feitos pela ANA são referentes às Metas Federativas e que os problemas ocorreram por causa da própria ANA, que deixou estações paradas. A conselheira Mirella Leôncio Motta e Costa (Titular do CBH-LN) comentou que desde que a AESA foi criada, em 2005, que se promete a realização de concurso e agora a AESA está numa situação insustentável, pois não tem funcionário suficiente para atender a demanda por fiscalização nem para analisar outorga, por exemplo. Continuou dizendo que se 70% das outorgas estão vencidas é porque o quadro de pessoal é insuficiente para fazer o trabalho. O Sr. João Fernandes falou que existe um equívoco nesse sentido, enfatizou que é preciso se fazer a reestruturação legal e institucional da AESA, pois toda a legislação da AESA precisa ser atualizada e comentou que atualmente as outorgas são concedidas por apenas um ano quando poderiam ser concedidas por até trinta e cinco anos. Por que não aumentar o prazo de concessão? Continuou dizendo que a maioria dos solicitantes pede outorga para comprovar a regularidade junto aos bancos, nos pedidos de empréstimos para seus empreendimentos. A conselheira Mirella Leôncio Motta e Costa falou que gostaria que o CERH, que está representando todos os setores do Estado, se manifestasse de alguma forma em relação à situação da AESA. O Sr. João Fernandes falou que estamos fazendo gestão de crise. A conselheira Jaqueline Pequeno da Silva (Suplente ABES) falou que diante de tudo que foi dito fica o sentimento que a AESA precisa de planejamento e sugeriu que uma parte dos recursos do Progestão fosse destinada a construção de um Planejamento Estratégico, englobando as maiores dificuldades da AESA, como fiscalização, monitoramento de bacias hidrográficas, outorga, por exemplo. Nesse planejamento deve constar o que a AESA precisa fazer, como deve fazer, por que fazer, quem irá

fazer, de quantos funcionários irá necessitar para gerir os recursos hídricos do Estado, etc. Assim, com tudo posto no papel se terá argumentos para tratar com o Governo Estadual/Federal. Continuou dizendo que se a AESA tiver dificuldade para fazer esse planejamento, pode contratar uma empresa especializada, pois os recursos para isso existem. O conselheiro Janiro Costa Rego (Titular UFCG) falou que apesar dos problemas apresentados necessitarem de solução urgente, eles também dão ensejo a divagações, e manifestou sua preocupação sobre a atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH e sobre os Planos de Bacias, falou que tanto o TDR do PERH quanto os TDRs dos Planos de Bacias devem ser muito bem detalhados e apresentados ao CERH para discussão e apresentação de sugestões antes de ser finalizados. Continuou falando que os Planos são balizadores da Gestão de Recursos Hídricos do Estado, então é preciso que na elaboração dos TDRs se criem mecanismos de acompanhamento técnico. Também é necessário deixar bem claro que as empresas que forem elaborar os Planos devem conhecer bem o Estado e o semi-árido. Seguiu falando que os Planos devem ser bem elaborados e bem executados. Questionou se as Bacias que estão com os Planos atualizados, estão colocando o Plano em prática, se estão seguindo as diretrizes. Continuou falando que outra grande preocupação é com os Comitês de Bacias, que tem muitas dificuldades logísticas e financeiras e, com isso, suas atuações ficam comprometidas. Seguiu falando que os Comitês precisam ter condições para se reunirem, se fortalecerem e terem uma atuação eficiente. O Sr. João Fernandes falou que gostaria que os Comitês, as Universidades e o CERH participassem mais, a fim de fortalecer a AESA. O conselheiro Laudízio da Silva Diniz (Suplente CAGEPA) falou que a preocupação do CERH é que a AESA está com carência de pessoal e está com recursos do Progestão em caixa, então por que não usar esses recursos para contratar pessoal? O Sr. João Fernandes propôs a realização de uma Reunião Extraordinária, onde esses assuntos que não constam na Pauta da 39ª Reunião fossem discutidos, bem como outros assuntos pendentes ou sugeridos pelos Conselheiros. Após os esclarecimentos das **dúvidas o Sr. João Fernandes colocou a aprovação do Relatório do PROGESTÃO ano 5 em votação. Não havendo ressalvas por parte dos Conselheiros, o Relatório foi considerado aprovado por unanimidade.** A reunião prosseguiu com o Sr. João Fernandes apresentando o Plano de Acompanhamento e Manutenção da Recepção das Águas da Transposição do Rio São Francisco. Depois de esgotado o debate sobre, o Secretário Executivo do CERH agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 39ª Reunião Ordinária da CERH. Esta Ata foi lavrada por mim, Maria Itaci Costa Leal, e segue para a assinatura de todos os Conselheiros presentes à Reunião.




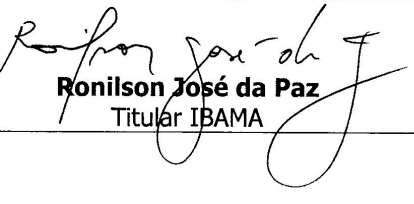


LISTA DE PRESENÇA

39ª Reunião Ordinária do CERH

Data: 24/03/2017 às 09h00min

João Azevedo Lins Filho Presidente do CERH	 João Fernandes da Silva Secretário Executivo do CERH
Titular SEPLAG	Ricardo Lavor Cavalcanti Suplente SEPLAG
Rômulo Araújo Montenegro Titular SEDAP	 Demilson Lemos de Araújo Suplente SEDAP
Titular SEIE	Suplente SEIE
Geraldo Moreira de Menezes Titular SES	 Emanuel Lira Suplente SES
Porfírio Catão Cartaxo Loureiro Titular AESA	 Andrea Lira Cartaxo Suplente AESA
João Vicente Machado Sobrinho Titular SUDEMA	 João Carlos de Miranda e Silva Suplente SUDEMA
Márcio Fernando Ducat Titular AGEVISA	Oswaldo José Guerra Guimarães Suplente AGEVISA
 José Marinho de Lima Titular EMATER	Alexandre Alfredo Soares da Silva Suplente EMATER



Titular CDRM	Suplente CDRM
 Maria de Lourdes B. de Sousa Titular DNOCS	Danilo Augusto Santos de Sousa Suplente DNOCS
 Ronilson José da Paz Titular IBAMA	Rodrigo Dutra Escarião Suplente IBAMA
João Bosco Vieira Marinho Titular FAMUP	Anderson Pereira Urtiga Suplente FAMUP
 Leonardo Leite Brasil Montenegro Titular CAGEPA	 Laudízio da Silva Diniz Suplente CAGEPA
Wagner Antônio A. Breckenfeld Titular FIEP/SINDUSCON	Raimundo Gilson Vieira Frade Suplente FIEP/SINDUSCON
Mário Antônio Pereira Borba Titular FAEPA	Domingo Lelis Filho Suplente FAEPA
José Inácio de Moraes Andrade Titular ASPLAN	Pedro Jorge Coutinho Guerra Suplente ASPLAN
Edmundo Coelho Barbosa Titular SINDALCOOL	José Verçosa Júnior Suplente SINDALCOOL



Laudelino de Araújo Pedrosa Filho Titular UFPB	Valter Raglan Gonçalves Medeiros Suplente UFPB
 Janiro Costa Rego Titular UFCG	José Dantas Neto Suplente UFCG
 José Etham de Lucena Barbosa Titular UEPB	Beatriz Susana Ovruski de Ceballos Suplente UEPB
Alain Marie Passerat de Silans Titular ABRH	Maria Edelcides de Vasconcelos Suplente ABRH
José Reynolds Cardoso Melo Titular ABES	 Jaqueline Pequeno da Silva Suplente ABES
Ulysmar Curvelo Cavalcanti Titular CBH-PB	Cláudio Brandão Costa Suplente CBH-PB
Edielson Nunes dos Santos Titular CBH-LS	 Silene Lima Dourado Ximenes Santos Suplente CBH-LS
 Mirella Leôncio Motta e Costa Titular CBH-LN	Francisco Xavier de Andrade Suplente CBH-LN
Hermano Oliveira Rolim Titular CBH-PA	Maria de Lourdes Santana dos S. e Araújo Suplente CBH-PA